

———— História ————

26 Sobre o Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, pode-se afirmar que objetivava:

- (A) demarcar os direitos de exploração dos Países Ibéricos, tendo como elemento propulsor o desenvolvimento da expansão comercial marítima.
- (B) estimular a consolidação do Reino português, por meio da exploração das especiarias africanas e da formação do exército nacional.
- (C) impor a reserva de mercado metropolitano, por meio da criação de um sistema de monopólios que atingia todas as riquezas coloniais.
- (D) reconhecer a transferência do eixo do comércio mundial do Mediterrâneo para o Atlântico, depois das expedições de Vasco da Gama às Índias.
- (E) reconhecer a hegemonia anglo-francesa sobre a exploração colonial, após a destruição da Invencível Armada de Felipe II, da Espanha.

27 Acerca da expansão marítima comercial implementada pelo Reino português, podemos afirmar que:

- (A) a conquista de Ceuta marcou o início da expansão, ao possibilitar a acumulação de riquezas para a manutenção do empreendimento.
- (B) a conquista da Baía de Arguim permitiu a Portugal montar uma feitoria e manter o controle sobre importantíssima rota comercial intra-africana.
- (C) a instalação da feitoria de São Paulo de Luanda possibilitou a montagem de grande rede de abastecimento de escravos para o mercado europeu.
- (D) o domínio português de Piro e Sidon e o consequente monopólio de especiarias do Oriente Próximo tornaram desinteressante a conquista da Índia.
- (E) a expansão da lavoura açucareira escravista na Ilha da Madeira, após 1510, aumentou o preço dos escravos, tanto nos portos africanos, quanto nas praças brasileiras.

28 Com a expansão marítima dos séculos XV/XVI, os Países Ibéricos desenvolveram a idéia de "império ultramarino" significando:

- (A) a ocupação de pontos estratégicos e o domínio das rotas marítimas, a fim de assegurar a acumulação do capital mercantil.
- (B) o estabelecimento das regras que definem o sistema colonial nas relações entre as metrópoles e as demais áreas do "império" para estabelecer as idéias de liberdade comercial.
- (C) a integração econômica entre várias partes de cada "império" através do comércio intercolonial e da livre circulação dos indivíduos.
- (D) a projeção da autoridade soberana e centralizadora das respectivas Coroas e sobre tudo e todos situados no interior desse "império".
- (E) a junção da autoridade temporal com a espiritual através da criação do Império da Cristandade.

29 "As aldeias de índios estão forçadas a entregar certa quantidade de seus membros aptos para realizar trabalhos (...), durante um prazo determinado. Esses índios são compensados com certa quantidade de dinheiro e destinados aos mais variados tipos de serviços."

Esse trecho da obra de Sérgio Bagú, *economia da sociedade colonial*, apresenta as condições de trabalho compulsório:

- (A) dos diversos grupos indígenas das áreas colonizadas por espanhóis e portugueses.
- (B) dos grupos indígenas das áreas espanholas submetidos à instituição da "mita".
- (C) dos grupos indígenas das áreas portuguesas submetidas às regras da "guerra justa".
- (D) dos grupos indígenas das áreas agrícolas de colonização espanhola submetidos ao regime de "encomienda".
- (E) dos grupos indígenas das áreas portuguesas e espanholas originários das "missões" dos jesuítas.

30 Os astecas e o incas não foram eliminados nem expulsos pelos conquistadores espanhóis devido:

- (A) ao respeito que os colonizadores tinham pela cultura desses povos.
- (B) a eles terem-se associado aos colonizadores, na exploração dos povos mais fracos.
- (C) à existência de ouro e prata nas regiões que eles ocupavam e ao interesse dos colonizadores em explorá-los enquanto mão-de-obra.
- (D) à existência de excedente de produção agrícola e de força de trabalho organizada nessas civilizações.
- (E) aos tratados com os criollos, que regulamentavam as formas de convivência.